

PRESERVAR A MEMÓRIA

por Mário Soares

2006 foi, para os nossos "hermanos" espanhóis, um ano de preservação da memória. Passaram setenta anos sobre a tragédia imensa da "guerra-civil" (1936-1939), prelúdio do começo da II Grande Guerra Mundial, onde se deram todas as confrontações - dos totalitarismos de sinal contrário - até ao cenário onde se jogou, literalmente, o futuro da Europa e do Mundo.

As democracias venceram e os ditadores ibéricos deveriam ter caído, nesse momento, cúmplices que foram, durante a guerra civil e depois dela, do nazi-fascismo. Mas sobreviveram. Ironia da história, que nos custou trinta anos de atraso no relógio do tempo.

Com efeito, graças à invasão dos nazis (1941), a URSS, no final da guerra estava, a justo título, aliás, do lado dos vencedores, ocupando meia Europa, sobre a qual caiu, pouco depois, a "cortina de ferro", no dizer de Churchill. Daí a "guerra fria" (1946-1989), numa relação de forças complexa - com altos e baixos, picos de tensão e períodos de "détante" - "guerra fria" que salvou Franco e Salazar, convertidos em "democratas orgânicos", coisa que ninguém nunca compreendeu o que fosse...

Portugal acertou contas, com o seu atraso histórico, logo em 1974, com a "Revolução dos Cravos", que representou um corte cerce com o passado e a destruição do Estado Novo e dos seus tentáculos: PIDE, censura, interdição dos partidos e dos sindicatos, colonialismo obsoleto, tribunais plenários, etc. A ditadura desabou como um fruto podre. A Espanha, não: fez uma "transição negociada", com rara inteligência e tacto, devidos aos líderes políticos da época e à sensatez do Rei mas também - e de que maneira! - do Secretário Geral dos comunistas espanhóis, Santiago Carrillo, cujas Memórias, "edição revisitada e completada" acabou de sair no país vizinho, em Novembro de 2006. Vale a pena lê-las. Por aí passam, em filigrana, as fracturas entre os dois líderes comunistas ibéricos, que explicam muita coisa, ainda hoje. Felipe Gonzalez disse-me um dia, em 1975, com fina ironia, em resposta ao elogio, que lhe fiz, da acção de Santiago Carrillo: "Pois é Mário, os comunistas dos outros são sempre melhores do que os nossos...". Mas aqui a questão era mais funda: eram diferentes, temperamental, ideológica e taticamente!

A transição espanhola foi um compromisso, onde voluntariamente se ignorou o passado - e em especial a guerra civil - por ser doloroso e politicamente delicado fazer o contrário. Mas agora a memória explodiu e a consciência dos espanhóis foi alertada por livros, exposições, filmes, documentação numa proporção nunca vista. Só para dar um exemplo: em Valência criou-se uma "Comissão da Verdade" orientada, no plano científico pelo historiador Paul Preston e cujo principal dinamizador foi uma figura de alto prestígio, Eliseu Climent. Essa Comissão tem produzido imensa investigação, descobriu "valas comuns", com 26 mil e trezentos mortos depois da guerra civil, sem julgamento, simplesmente suspeitos de terem sido favoráveis à "legitimidade republicana" e serem contra o franquismo entre 1939-1945. Ou seja: por suspeita de um mero delito de opinião... Trata-se, segundo dizem, das "valas comuns" mais numerosas das muitas existentes na Europa da época, ignoradas até agora, visto que não tinham lápides nem quaisquer indicações dos nomes das vítimas.

Várias personalidades internacionais têm feito depoimentos sobre o "achado trágico", tais como: representantes do Museu do Holocausto de Berlim, do Museu da Paz de Guernica, académicos, juizes do Tribunal Penal Internacional de Haia, médicos, antropólogos e figuras como Francesco Cossiga, Simone Veil, Desmond Tutu e eu próprio. Sabe-se agora que Franco nos oito anos que se seguiram ao fim da guerra civil mandou matar cerca de 200 mil espanhóis!

Em Portugal, onde, felizmente, não sucedeu nada de comparável, também surgiu um movimento de opinião no mesmo sentido, intitulado "Não apaguem a memória". Está a ser agora distribuído o livro "Vítimas de Salazar: o Estado Novo e a Violência Política". Foi coordenado por João Madeira, Luís Farinha e Irene Fluenser Pimentel, historiadores que trabalham no âmbito do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, tendo como prefaciador: Fernando Rosas. É um contributo importantíssimo para o conhecimento da repressão política do

regime salazarista, sobretudo de 1945 a 1974. Porque o período anterior da Ditadura (1926-1945) foi seguramente, muito mais sangrento.

Do meu ponto de vista é preciso "preservar a memória", para não se cometerem impunemente os erros do passado. Não para exercer vinganças ou retaliações. Nisso a Revolução dos Cravos foi generosa e exemplar. E aí reside a superioridade moral das democracias. Em duas frases: perdoar, sim; mas esquecer, não.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2007